

# PROCESSOS DE SUBJETIVAÇÃO, TRANSIÇÕES DE GÊNERO E RELAÇÕES FAMILIARES: PENSANDO CUIDADOS EM SAÚDE INTEGRAL PARA A POPULAÇÃO DISSIDENTE DA NORMA

*Brune Coelho Brandão<sup>1</sup>*  
*Juliana Perucchi<sup>2</sup>*

## RESUMO

As identidades trans, travestis e de identidade não-binária sofreram, ao longo da história, um processo persistente de psicopatologização, que reiteram processos cisnormativos de dominação sob seus processos de cuidado em saúde. Isso impacta na forma como os sujeitos se constituem no mundo, a partir das redescrições que os protocolos e relações sociais constringem seus processos de subjetivação. Assim, a partir de uma pesquisa ação-participativa que compõe o escopo da tese de doutorado da referida autora, busca-se compreender como os corpos não-cisgêneros se tornam sujeitos a partir de seu processo de transição de gênero. Nesse sentido, a autora investiga a atuação do mecanismo da cisnormatividade sob os processos de subjetivação das pessoas dissidentes da cisnorma e reflete sob a constituição da identidade de pessoas trans a partir de uma estratégia de pesquisa-ação e como isso opera nos processos de subjetivação – de abjeção ou de agência – de tais sujeitos. Realizou-se a transcrição dos encontros do grupo de apoio e militância, intitulado Visitrans e dados de diário de campo, analisados sob a perspectiva da Análise do Discurso em Foucault. Como resultados, destaca-se que a psicopatologização se torna um eixo condutor da produção de subjetividades não-cisgêneras, contribuindo para seu processo de adoecimento mental. A família passa a ser processo constitutivo das angústias de gênero da cisgeneridade e seu tensionamento se torna necessário para se pensar em cuidados integrais em saúde para a população trans, travesti e de identidade não binária.

**Palavras-chave:** Transidentidades, Processos de Subjetivação, Saúde Mental, Família.

1 Doutora em Psicologia da Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF, [brunecbrandao@gmail.com](mailto:brunecbrandao@gmail.com);

2 Professora orientadora: Doutora em Psicologia (UFSC), Departamento de Psicologia - UFJF, [jperucchi@gmail.com](mailto:jperucchi@gmail.com).

## INTRODUÇÃO

Esse trabalho pauta-se pelo modelo de pesquisa feminista, em que a objetividade da ciência não se encontra na pretensa neutralidade científica, mas na localização de quem é o sujeito que produz o conhecimento acessado e reproduzido por profissionais e demais pesquisadores/as (Haraway, 1995). Nesse processo, é essencial considerar os marcadores sociais que atravessam o sujeito que pesquisa, visto que denotam a sua perspectiva e orientam seu olhar diante das pessoas pesquisadas. A ciência tem orientação definida e o pressuposto de enxergá-la como uma ação puramente lógica e ahistoricizada mascara os jogos discursivos e as relações de poder no jogo social científico de fabricação de verdades (Haraway, 1995). O “lugar vazio” do cientista foi, e ainda é, no mundo contemporâneo ocidental, ocupado pelo sujeito europeu. Além disso, esse sujeito é branco e masculino (Spivak, 2010). Cornejo (2011) ainda adiciona a identidade heterossexual a esse “sujeito neutro da pesquisa”. E Vergueiro (2015a; 2014) traz à tona o lugar cisgênero do cientista nas produções científicas. Mais que isso, as epistemologias pajubás e travestis revelam essas lógicas de produção colonizada (Favero, 2020; York, Oliveira e Benevides, 2020).

Desse modo, trabalha-se com uma concepção de cisgeneridade problematizada como um posicionamento, uma perspectiva subjetiva legitimada como natural, como essencial, como padrão (Jesus, 2012; Ramirez, 2014). Ela faz operar uma lógica de reprodução de um alinhamento compulsório entre os eixos de configuração corporal, socialmente construída a partir de uma coerência e uma produção de corpos masculinos e femininos na sociedade, excludentes entre si, e as possíveis identidades e performances de gênero a partir desse pretensão essencialismo biológico. Desse modo, a norma regulatória de produção de inteligibilidade dos corpos (Butler, 2000), no sentido de reprodução da normativa de que pênis deve ser coerente com identidade masculina e vagina com identidade feminina atravessa todos os processos científicos históricos de manutenção da naturalização biológica da cisgeneridade enquanto única via possível e saudável de expressão da constituição do sujeito no mundo. A normatividade cisgênera opera, assim, por dispositivos situados em simultaneidade a outros marcadores sociais dos sujeitos de forma a anormalizar, inferiorizar e exterminar diversidades corporais e de gênero (Vergueiro, 2015a), tendo como efeito processos colonizatórios de identidades e corpos destoantes de suas normas (Camillo, Amaral, Toneli, & Amaral de Queiroz, 2015; Jesus, 2013; Jesus, 2018; Jesus, 2021; Vergueiro, 2015b; Vasquez, 2019).

Os estudos *queer* (Butler, 2000; Butler, 2003; Butler, 2015; Preciado, 2011; Rubin, 2003), o feminismo da diferença (Jesus, 2018; Lorde, 2009; Rich, 2010) e, mais recentemente, o transfeminismo (Jesus, 2015; Jesus, 2018; v Jesus, 2021; Vergueiro, 2015a; Vergueiro, 2015b) questionam justamente o uso do termo gênero como dispositivo que universaliza experiências de mulheres e corpos, desconsiderando as especificidades e demais marcadores sociais do sujeito que atravessam a experiência assumir um gênero feminino no mundo. Assim, entender o sujeito generificado e seu processo de subjetivação perpassa questões mais complexas de “ser mulher (binária) no mundo” e a produção dessa identidade a partir da negativa e como antagonismo do homem, retirando a matriz binária e hierárquica de gênero. Pensar sobre isso nos faz se deparar com uma normativa binária que enquadra a vida e a matéria em processos de subjetivação exclusivamente duais, fatídicos e forjados como excludentes entre si. Tal processo tem como impacto a produção de uma lógica de subordinação dos processos constitutivos dos sujeitos às pasteurizações culturais, sociais e históricas de constituição do sujeito – perpassado por normativas de gênero que invadem esse “eu” que reivindicamos em nossa existência no mundo.

Pensar nesses processos de subjetivação a partir da norma – a saber, a norma cisgênera, nesse trabalho – nos desloca a definir, mesmo que seja parcialmente, nossas concepções de sujeito trabalhadas. Partindo de um referencial pós-estruturalista, considera-se que o sujeito (Foucault, 1995, s/n): “está ligado à sua própria identidade através de uma consciência ou do autorreconhecimento”. Tais dinâmicas revelam relações de poder em que as pessoas vão ocupando posições, a partir de contingências históricas, sociais, culturais e políticas, tendo seus processos constringidos. Assim, o objetivo de Foucault (1995, s/n), ao trazer suas problematizações acerca desse conceito “foi criar uma história dos diferentes modos pelos quais, em nossa cultura, os seres humanos tornaram-se sujeitos”. Nessa seara, segue-se nesse processo de reflexão sobre os processos de se tornar sujeito no mundo para além de sua materialidade, nesse trabalho a partir da cisheteronormatividade.

Considerando a potência dessas ferramentas analíticas para se compreender a constituição dos sujeitos, processo esse perpassado por relações de saber-poder ancoradas historicamente e produtivas de modos de subjetivação, configurados a partir de exercícios do biopoder em uma dinâmica de tensão entre poder e resistência (Passos, 2013). Esse primeiro, à guisa de uma definição no nosso trabalho, pode ser compreendido como jogos de forças dispersas, variáveis e instáveis que configuram, em determinados períodos da história, as práticas e os

discursos legítimos e ilegítimos, aceitáveis ou condenáveis. Ou seja, não há modos de subjetivação que escape ao poder, mas, onde há poder, há também resistência.

A partir desse processo, essa concepção de individualização dos corpos e fabricações de identidades foi marcada por uma fixidez, de modo que temos duas possibilidades de subjetivação: tonar-se sujeito sujeitado ou sujeito de resistência (Butler, 2017). Na presente tese, fazendo operar esse arcabouço teórico de Butler, considera-se que a cisheteronormatividade opera enquanto efeito discursivo de poder, materializado nos discursos científicos do séc XX, de produção do sujeito trans enquanto sujeito de sujeição em seu processo de transição de gênero. A retomada do dispositivo da transexualidade atravessa todas as vivências não-cisgêneras no sentido de pasteurizar suas vivências e universalizá-las sob a égide de certas normativas dentro do próprio desvio. Todas essas questões foram materializadas nos protocolos diagnósticos e na perspectiva psicopatologizante das identidades trans e travestis em escala global. Como resultado, tem-se uma série de critérios e protocolos que vão diagnosticar o gênero de pessoas não-cis, trazendo uma produção de verdade e legitimidade para suas existências: deixam de ser corpos “do pecado” ou “promíscuos”, trazendo uma matriz religiosa de produção de verdade, para uma ciência que busca, através da incessante vontade de saber, controlar corpos e suas produções de identidade no mundo (Foucault, 2005). Isso se mostra essencial para que a cisheteronormatividade se mantenha enquanto *status* de verdade.

Apesar dessa dimensão, percebe-se estratégias micropolíticas de resistência e no que concerne à estética da existência e ao cuidado de si encontram nos processos de deslocamento às margens ou, dito de outro modo, na descentralização e na fluidez das identidades sociais, uma poderosa forma de (re)organização do reconhecimento individual, em contraponto ou em consonância às identidades tidas como pré-determinadas. E, a partir dessa concepção de sujeito de resistência, busca-se refletir as possibilidades de deslocamento dessas posições de sujeito com experiências de construção de identidade de gênero dissidentes das normas.

## METODOLOGIA

A execução do projeto de extensão, vinculado à Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e operacionalizado no Centro de Psicologia Aplicada (CPA/UFJF), sob a perspectiva da pesquisa ação-participativa (Fine, 1994; Fine et al, 2004; Fine et al, 2007; Pryor & Vickroy, 2019) teve duração de janeiro de 2014 a janeiro de 2018. Assim, conheci todas as pessoas que percorreram pela intervenção extensionista, vi seus rostos, ouvi suas histórias. Foram, desse modo, aproximadamente

cem pessoas que passaram pelo grupo durante seu período de vigência. Vale ressaltar que a pesquisa de doutorado teve aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da instituição de origem a partir de CAEE 39182120.5.0000.5147, número do parecer 4.568.119.

A ferramenta metodológica para a intervenção grupal escolhida foi o formato de rodas de conversa (Sampaio, Santos, Agostini & Salvador, 2014). Essa estratégia se mostrou primordial para os objetivos propostos, haja vista que possibilitou ouvir atentamente as pessoas participantes, suas narrativas de si e os atravessamentos que as colocavam em uma posição de sujeito subalterno nos acontecimentos do dia-a-dia. As rodas de conversa realizadas no grupo aproximaram o tom de diálogo às conversas do cotidiano, possibilitando que a distância entre pesquisadora/psicóloga e pessoas participantes diminuísse, de modo que o vínculo fosse fortalecido nessa interação. As conversas abertas ocorridas ao longo dos quatro anos de trabalho foram focadas nas experiências de vida das pessoas trans e a troca de informações (Batista, Bernardes & Menegon, 2014), possibilitando que compreendêssemos o que de fato os sujeitos que participavam do grupo necessitavam em seu cotidiano de vida, abrindo espaço para que protagonizassem a elaboração da demanda a ser trabalhada coletivamente em cada reunião grupal.

A operacionalização e condensação dos dados ocorreram através da gravação de cerca de 40 encontros grupais, tendo como material para análise totalizando aproximadamente 50 horas de material audiovisual. Todo esse material trouxe a possibilidade de fabricação de mosaico de narrativas de si em que alguns elementos em comum se inter cruzam, de modo que as especificidades também puderam ser contempladas a partir do complexo matiz de experiências compartilhadas em grupo. Realizou-se a transcrição dos encontros do grupo de apoio e militância, intitulado Visitrans e dados de diário de campo, analisados sob a perspectiva da Análise do Discurso em Foucault (1995, 2012). Desse modo, a pesquisa de doutorado focou em compreender as posições de sujeito ocupadas a partir de seus encontros com o grupo, seja durante ou após seu processo de transição de gênero, problematizando suas histórias de vida sob a égide das novas trocas possibilitadas através do protagonismo dos sujeitos na pesquisa-ação participativa (Perucchi, Brandão, Zampiêr, Matozzo & Carvalho, 2018).

A psicologia social comunitária, a sua concepção de vulnerabilidade e a interseccionalidade transfeministas se mostram ferramentas analíticas importantes para se trabalhar com o campo empírico, tendo, desse modo, espaço nas nossas problematizações. Por fim, cabe contextualizar a formação grupal produtora do material analítico trabalhado na tese e o vínculo que se estabeleceu com

a pesquisadora, como formas de se pensar estratégias metodológicas de desenvolvimento da referida pesquisa.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

A estratégia de intervenção em psicologia possibilitou a emergência de novos modos de subjetivação entre as pessoas participantes do grupo. Pude acompanhar, durante esse período, as transições de gênero e os deslocamentos de identidades apresentadas por diversas pessoas que, para além de um auto reconhecimento binário, enquanto homem ou mulher transexual e mulher travesti, se constituíam em possibilidades outras, mais fluidas, menos engessadas, como pessoas que se auto reconheciam em espectros identitários não-binários, um leque muito mais amplo e plural que atravessava a vivência de pessoas em não-conformidade com a cisnorma. Cabe aqui refletir, como direcionador de nosso olhar, como se processam essas relações entre estratégias de subjetivação de pessoas trans e as possibilidades de mediação da psicologia, com base em nossa própria experiência com o campo e reiterando o caráter de transformação social da pesquisa-ação-participativa. Pela dimensão regional que o projeto tomou, considera-se essa intervenção como uma estratégia que fomenta importantes discussões para, primeiramente, entender os vetores que atravessam as formas de subjetivação daquelas pessoas que se auto identificam fora do espectro da cisgeneridade; e, além disso, entender quais as possíveis contribuições da psicologia, enquanto ciência socialmente engajada, nesse processo. Sem, contudo, negligenciar o caráter de cooptação que, muitas vezes a própria psicologia se deixa atravessar.

Ao construírem suas feminilidades e masculinidades, jovens travestis e transexuais participantes dos grupos se deparavam com elementos particulares aos seus marcadores geracionais e de gênero, mas também, às demandas e angústias comuns, compartilhadas por eles e elas durante os encontros. O recorte geracional faz pensar sobre como novas posições identitárias são reivindicadas ao longo dos percursos históricos. No nosso microcontexto, houve o aparecimento de muitos homens trans, desde adolescentes de 15 anos até homens na faixa de 30 anos em início da transição; pessoas de identidade não binária, entre 15 e 22 anos, e mulheres trans e travestis adolescentes. Essas novas dinâmicas mudaram alguns focos de discussão, ao mesmo tempo que mantiveram outros. Ao construírem suas feminilidades e masculinidades, jovens travestis e transexuais participantes dos grupos se deparavam com elementos particulares aos seus marcadores geracionais e de gênero, mas também, às demandas e angústias comuns, compartilhadas por eles e elas durante os encontros. Os processos de subjetivação

estavam marcados por dinâmicas familiares que, por um lado, apresentavam redes de apoio e solidariedade, como por exemplo a participação em grupos como o *Mães pela Diversidade*, mas também, por enfrentamentos e tensões, em diálogos nem sempre tranquilos com membros da família adversos às suas transições de gênero. É neste sentido que “diferentes enunciações podem ser repetições de um enunciado idêntico” (Dreyfus, e Rabinow, 2010, p. 58) e no que concerne às experiências da juventude os enunciados em torno das questões familiares visibilizaram diferentes ordens do discurso; em alguns casos, de apoio e convergência, em outros, de rechaço e discordância. Como os encontros eram abertos, a mãe de um dos jovens trans trouxe suas angústias frente ao processo de transição do filho, trazendo os medos e receios frente aos procedimentos cirúrgicos e fisiológicos experienciados por quem atravessa a fronteira da cisgeneridade:

Dora (mãe de homem trans): A questão da transexualidade, eu acho que a questão da cirurgia pega pra gente, a gente tem medo né Tarso (homem trans): Eu acho que pra família aceitar o homossexual tá tudo mais fácil agora, agora quando se fala que é trans que tem que passar por uma cirurgia, tomar hormônio e mudar tudo é bem mais complicado a família aceitar

Noêmia (mãe de homem trans em processo de transição): Porque existe a preocupação mesmo, existe uma preocupação da questão da saúde

O discurso de preocupação com a saúde emerge como ponto importante para tentar entender o que foge da norma, buscando no lugar de poder-saber da medicina um aparato de conforto ontológico de que as intervenções serão seguras. Nesse sentido, a família apoia, mas com a anuência expressa da medicina. Foram mais relatos não só de família, mas de pessoas trans e travestis, acerca do medo de procedimentos darem errados ou se colocarem em risco. Por um lado, essa perspectiva traz uma necessidade por procedimentos cirúrgicos, contudo seu excesso pode desencadear um novo processo de subjetivação tutelado pelos saberes médicos, que ancoram as angústias da família cisgênera em transição. Pensar em estratégias que lidem com essas questões e que coloquem as pessoas trans e travestis em diálogo aberto e horizontalizado com os dispositivos médicos pode promover um novo processo de subjetivação, de resistência frente a essas questões.

De qualquer forma, constata-se que a instituição familiar e as relações que ali emergem, não são mero detalhe nos processos de subjetivação. É neste sentido que, também no que concerne à família, “a norma se torna o critério de divisão dos indivíduos” e não raro é a família a grande aliada da medicina, enquanto “ciência

acima de tudo do normal e do patológico” (Foucault, 2011, p. 395). Não raro também é a proximidade da instituição familiar com a própria psicologia, no âmbito das relações com adolescentes e jovens travestis e transexuais. A Psicologia é também um campo de saber da norma, cujo poder consiste em fazer ver e fazer falar a verdade sobre os sujeitos, é comum familiares recorrerem ao psicólogo para eles digam quem são e como lidar com jovens, cabe a ela o lugar de suposto saber acerca da subjetividade, ou dito de outro modo, “a psicologia sempre nos enuncia como sujeitos da norma, remetidos a ela, comparativamente a outros sujeitos como nós, marcando e nomeando os desvios em termos de médias, curvas, condutas adequadas ou não, sancionadas ou não, quando não patologizadas” (Filho e Trisotto, 2007, p. 12). Nesse sentido, cabe repensar a própria postura que a psicologia tem ocupado nesses espaços de cuidado a partir de um questionamento mais aprofundado dos impactos das cisheteronormatividade nas práticas psi cotidianas. Além disso, reiterando a perspectiva transfeminista *queer* proposta nessa pesquisa, que atua com um dos eixos que direcionam nosso trabalho, um ponto importante a se analisar são os marcadores sociais que atravessam quem de fato executa a psicologia, seja na teoria ou na prática: são majoritariamente pessoas com uma identidade cisgênera que não problematizam, muitas vezes, o seu lugar na relação profissional e na construção de vínculo, reiterando uma pretensa postura de neutralidade científica que pouco avança no debate proposto. Por isso, é necessário, a partir da análise do material de campo dessa pesquisa, entender como o protagonismo de pessoas travestis e trans, de identidade não binária, produzem resistência coletiva e individual frente ao saber biomédico e psi, que historicamente ainda impacta na produção de sujeitos não cis na sociedade. Falas cotidianas de médicos e psicólogos cis brancos são como “pais” ou “que salvaram” as pessoas trans, muito utilizadas pela grande maioria das pessoas do grupo, ressaltam que a cisgeneridade se coloca em um lugar de salvadora das demandas que ela mesmo cria, no sentido de condicionar a aceitação das identidades dissidentes à patologização e normatização dos múltiplos processos das multidões *queer*.

Sobre marcadores sociais, percebe-se que os acessos interseccionais de classe e raça no acesso ao local do grupo desenvolvido por nosso trabalho em psicologia social, bem como a permanência nos encontros foram limitadores do trabalho, haja vista que tivemos contato com poucas pessoas negras, que se autodenominavam travestis e de classe sociocultural e econômica oriundas de camadas populares ou da periferia. Esses apontamentos levam à reflexão acerca, não apenas, da classe social e da raça, mas também, da territorialidade, de quem pode circular pelos espaços institucionais da universidade e de quem ainda se sente desconfortável/excluído/a desses lugares, visto que o CPA, no período em



que essa pesquisa-ação-participativa foi realizada, encontrava-se em um bairro de classe média alta, constituído por residentes e transeuntes majoritariamente brancos e próximo a construções voltadas para esse público, por exemplo, colégio e faculdade particulares com destaque na cidade, prédios novos e com infraestrutura mais requintada.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de destacar nossas dificuldades e limitações, as possibilidades de trocas coletivas nos encontros possibilitaram a produção de sentidos variados e ressignificados para seus modos de subjetivação. As narrativas nos indicam que houve a ressignificação do próprio processo de construção da identidade generificada ao perceber as nuances de deslocamentos discursivos nas formas como se colocavam. Desse modo, as análises conduzem a uma reflexão analítica ao campo para entender esse processo complexo de subjetivação de pessoas não-cisgêneras, processo que se refere à “maneira pela qual o sujeito faz a experiência de si mesmo em um jogo de verdade, no qual ele se relaciona consigo mesmo” (Foucault, 2010, p. 236).

Assumindo que as categorias sociais existentes, muitas delas pautadas pela cisheteronorma enquanto estrutura de constituição do sujeito (Vergueiro, 2015a; Jesus, 2021) vão garantir uma existência social reconhecível e duradoura, de modo a levar os sujeitos a aceitá-las, mesmo que seja através da sujeição (Butler, 2017), ao invés de não experienciar alguma existência social. Existir se mostra, inerentemente, atravessada pela possibilidade criada pela discurso médico: por isso as falas, em um primeiro momento do grupo, se agarravam a essas possibilidades de existência social legítima. A patologização trouxe um autorreconhecimento diferente do socialmente dito como “pecado”, “sem-vergonhice” ou puramente “escolha perversa”. Tal consciência de si permitiu sobreviver nas fissuras da cisheteronormatividade durante o período histórico retratado, em nosso micro-contexto. Esse discurso ainda é incorporado pela família ao instituir seu lugar de correção das dissidências sexuais, no sentido de manter a coerência fabricada entre configuração corporal e identidade de gênero. Nessa perspectiva, a família passa a ser processo constitutivo das angústias de gênero da cisgeneridade e seu tensionamento se torna necessário para se pensar em cuidados integrais em saúde para a população trans, travesti e de identidade não binária.

Assim, ao longo dos anos de grupo desenvolvidos, percebe-se que as pessoas participantes foram questionando e tensionando como a mídia e sociedade em geral representava suas identidades, no sentido de não serem mais produzidas/

os/es por essas verdades, mas de exigir uma representação mais condizente com suas experiências. E traziam para o encontro, além de relatos pessoais, aquelas notícias e produções audiovisuais consideradas potentes para ensinar a sociedade a questionar a norma e trazer novas inteligibilidades para seus corpos e identidades, de modo a garantir uma existência mais digna e que não precisasse reproduzir e se sujeitar à cisnormatividade.

## REFERÊNCIAS

Butler, J. (2003). Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 236 p.

Butler, J. (2015). Relatar a si mesmo: crítica da violência ética. Belo Horizonte: Autêntica Editora.

Camillo, B. C., Amaral, M.S., Toneli, M. J. F., & Amaral de Queiroz, M. (2015). Vulnerabilidades mapeadas, violências localizadas. *Quaderns de Psicologia*, 17(3), 83-98

Cornejo, G. (2011). La guerra declarada contra el niño afeminado: Una autoetnografía “queer”. *Conos: Revista de Ciencias Sociales*, 39, p. 79-95.

Dreyfus, Hubert e Rabinow, Paul. (2010) Michel Foucault: uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica. 2.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

Fine, M. (1994). Working the hyphens: Reinventing the self and other in qualitative research. In N. Denzin, & Y. S. Lincoln (Eds.), *Handbook of qualitative research* (pp. 70-82). California: Sage.

Fine, M., Torre, M. E., Boudin, K., Bowen, I., Clark, J., Hylton, D., Martinez, M., Rivera, M. M., Roberts, R. A., Smart, P. & Upegui, D. (2004). Participatory action research: From within and beyond prison bars. In L. Weis & M. Fine, *Working method: Research and social justice* (pp. 95-119). New York: Routledge.

Fine, M.; Torre, M. E.; Burns, A. & Payne, Y. A. (2007). Youth Research/Participatory Methods for Reform. In D. Thiessen & A. Cook-Sather, *International Handbook*

of Student Experience in Elementary and Secondary School (pp.805-828). Dordrecht, The Netherlands: Springer.

Foucault, M (1995). Sujeito e Poder. In Dreyfus, H & Rabinow, P (Orgs). Michel Foucault:

Foucault, M. (1996). A ordem do Discurso. São Paulo: Loyola.

Foucault, M. (2005). História da Sexualidade I: a vontade de saber. São Paulo: Graal.

Foucault, M. (2012). Arqueologia do Saber (8ª ed.). Rio de Janeiro: Forense Universitária.

Haraway, D. (1995). Saberes Localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. Cadernos Pagu, 5, 07-41.

Jesus, J. G. (2012). Identidade de gênero e políticas de afirmação identitária. In: ABEH. Congresso Internacional de Estudos sobre a Diversidade Sexual e de Gênero. Salvador.

Jesus, J. G. (2013). Feminismo e identidade de gênero: elementos para a construção da teoria transfeminista. Seminário Internacional Fazendo Gênero 10, 1-9.

Jesus, J. G. (2015). Interloquções teóricas do pensamento transfeminista. In: Jesus, J. G. Transfeminismo: teorias e práticas. Metanoia, pp. 3-18.

Jesus, J. G. (2018). Feminismos Contemporâneos e Interseccionalidade 2.0: Uma Contextualização a partir do Pensamento Transfeminista. Rebeh - Revista Brasileira de Estudos da Homocultura, 1, p. 5-24.

Jesus, J. G. (2021). O enfrentamento dos efeitos do racismo, cissexismo e transfobia na saúde mental. Capítulo 01 - A Saúde Mental da População Trans e Travesti Importa. Editora Dandara. São Paulo-SP.

Nogueira, C. (2001). Contribuições do construcionismo social a uma nova psicologia do gênero. Cadernos de Pesquisa, 112, 137-153.

- Nogueira, C. (2019). Interseccionalidade e psicologia feminista. Editora Devires.
- Passos, I. C. F. (2013). Poder, normalização e violência: incursões foucaultianas para a atualidade. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora.
- Perucchi, J., Brandão, B.C., Mattozo, B.G., Zampiêr, L.S. & Carvalho, H.S.B. (2018). A utilização de metodologia grupal em pesquisa-ação participativa com travestis e transexuais. *Psicologia em Pesquisa*, 12(2), p. 1-11.
- Preciado, P. (2011). Multidões *queer*: notas para uma política dos “anormais”. *Revista Estudos Feministas*, 19(1), 11-20.
- Pryor, R. E. & Vickroy, W. (2019). “In a Perfect World, You Wouldn’t Have to Work the System to Get the Things You Need to Survive”: A Pilot Study About Trans Health Care Possibilities. *Transgender Health*, 4(1).
- Ramírez, B. (2014). Colonialidad e cis-normatividade. Entrevista con Viviane Vergueiro. *Iberoamérica Social: revista-red de estudios sociales*, 3, pp. 15 - 21. Recuperado de <http://iberoamericasocial.com/colonialidade-e-cis-normatividade-conversando-com-vivianevergueiro>
- Rich, A. (2012). Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. *Bagoas Estudos gays: gêneros e sexualidades*, vol 4, n 05.
- Rubin, G. (2003). *Pensando o Sexo: Notas para uma Teoria Radical das Políticas da Sexualidade*. Tradução de Felipe Bruno Martins Fernandes. *Cadernos Pagu*. Campinas: Núcleo de Estudos de Gênero Pagu UNICAMP, 21.
- Sampaio J, Santos I. C., Agostini M., Salvador A. S. (2014). Limites e potencialidades das rodas de conversa no cuidado em saúde: uma experiência com jovens no sertão pernambucano. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*, 18(2), 1299-1312.
- Spivak, G. C. (2010). *Pode o subalterno falar?* (Almeida, S. R. G.; Feitosa M. & Feitosa, A. Trad.). Belo Horizonte: Editora UFMG. (Obra original publicada em 1985).
- uma trajetória filosófica (p. 231-239). Rio de Janeiro: Forense Universitária.

Vásquez, C. L. L. (2019). Humanizando, acolhendo, transformando: produção de sentidos em torno da assistência transespecífica em saúde. Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC, Brasil.

Vergueiro, V. (2014). Pela descolonização das identidades trans. VII Congresso Internacional de Estudos sobre a Diversidade Sexual e de Gênero- ABEH, 1-15.

Vergueiro, V. (2015a). Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade. Dissertação de mestrado, Universidade Federal da Bahia, UFBA, Brasil.

Vergueiro, V. (2015b). É a natureza quem decide? Reflexões trans\* sobre gênero, corpo e (ab?)uso de substâncias. In: Jesus, J. G. Transfeminismo: teorias e práticas. Rio de Janeiro: Metanoia. pp. 19-41.